

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRÁTICA DEMOCRÁTICA

O aparelho de Estado, na sua actual configuração, vem surgindo como um forte obstáculo às reformas económicas e à democratização da sociedade portuguesa. De acentuada tradição centralizadora, forte empolamento das estruturas, dispersão e descoordenação de serviços, a Administração Pública é frequentemente criticada pelo excesso de efectivos, pela sua burocratização e ineficácia, e por uma crescente corrupção.

Contudo, cabe perguntar: tratar-se-á de disfunções do sistema ou da sua natureza de instrumento de uma determinada dominação social?

Os aparelhos técnico-administrativos do Estado asseguram as condições logísticas de exercício do poder, como instrumentos de execução das decisões e implementação das políticas, em sentido amplo: elaboração e execução dos programas e acções, desde as leis aos planos e à gestão de rotina dos serviços prestados pela colectividade. Pela função que desempenha, pela informação que detem e pelo "saber" técnico que domina, sobre a Administração Pública colocam-se, entre outras, as seguintes questões:

- Serão os aparelhos de Estado instrumentos neutros de execução das decisões do poder político? Qual a sua autonomia e lógica de funcionamento?
- Qual o comportamento da Administração Pública, face a um processo de mudança no sentido da aproximação territorial e política dos serviços das comunidades que servem?
- Tenderá o Poder Local a reproduzir no seu âmbito a tecno-burocracia estatal?
- Como "abrir" a Administração Pública à participação dos cidadãos?

Abundam as críticas, mas escasseiam as análises e conhecimentos da natureza, dimensão e funcionamento da Administração, da sua relação com o poder político e a sociedade.

As Associações Políticas Centro de Estudos Socialistas (CES) e Reflexão e Acção Socialista (RAS) propõem um debate sobre:

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PRÁTICA DEMOCRÁTICA, a realizar em Lisboa no próximo dia 13 Outubro de 1984, com a seguinte agenda:

- 1) A Administração Pública como emanação directa da configuração do Estado. (natureza dos aparelhos de Estado, perfil e comportamento da AP portuguesa através dos tempos; 1974/76: um exemplo).



- 2) A Administração Pública em Portugal. (efectivos; distribuição territorial e sectorial; AC/AL; exemplos de Ministérios, "feudos" e grupos de pressão).
- 3) Transformação do aparelho de Estado descentralização e participação pública, Perspectivas de uma intervenção política.

Fundação Cuidar o Futuro



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DEMOCRACIA

PROPOSTA DE AGENDA

1. Preâmbulo e Justificação: abertura pelos promotores.
A Administração Pública como instituição e como emanção directa da configuração do Estado.
2. Perspectiva geral da AP: o que historicamente representou, o que representa agora.
Análise da distribuição dos seus efectivos actuais entre a administração central e a administração local.
3. A Administração Central: Análise quantitativa e qualitativa.
 - a)- Efectivos; estratos etários; distribuição por ministérios; custos, graus de escolaridade; distribuição regional, etc.
 - b)- Análise comparada de organigramas de alguns Ministérios; a sobreposição de serviços; a descoordenação; os "feudos" das Direcções Gerais.
4. A Administração local: Análise quantitativa e qualitativa.
Ocaso particular dos grandes centros urbanos.
A inter-relação da Administração Central/Administração Local: os dispositivos específicos da sua articulação.
5. O cidadão face à AP; intervenção político-social e defesa de interesses individuais/A Participação Pública.
Perspectivas de uma intervenção política.

Debate a realizar em Lisboa no dia

